



## MR 023. Povos indígenas e expressões contemporâneas do colonialismo

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) -  
Coordenador/a, Pablo Quintero (UFRGS) -  
Participante, Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ) -  
Participante, Vanessa Hacon (UFRRJ) -  
Participante, João Pacheco de Oliveira Filho  
(Museu Nacional/UFRJ) - Debatedor/a

Mais do que encerrar fenômenos, a noção de colonialismo remete a questões que estão longe de serem esgotadas. Centrada na ideia de agentes e de espaços de poder estendendo domínios sobre povos e territórios, suas expressões estão fundadas em relações de dominação, mas suscitando interações e interesses pouco compreensíveis a partir da dicotomia dominador(es) X dominado(s). A presente mesa, assim, acompanha a proposta de J. e J. Comaroff, de base histórica, atenta a dialéticas de troca, apropriação, acomodação, luta. A questão colonial não se prende, pois, a um passado, mas é fundamental na (re)produção das dinâmicas sociais hoje. Na América Latina, África e Ásia, o ciclo de investimentos estrangeiros e aquisição de terras iniciado nos anos 2000 não apenas intensificou conflitos e processos de desterritorialização, como evidenciou situações de neocolonialismo e colonialismo interno. Aos processos expropriatórios impulsionados pelo neoextrativismo somam-se, em uma "agenda verde", formas de controle da terra e de exploração dos recursos, apoiadas sobre distintos mecanismos de governo e formas do poder estatal. Expandem-se e diversificam-se processos de controle da força de trabalho, exercícios de violências epistêmicas e físicas sobre populações, governo de territórios e mercantilização da natureza, na reprodução e expansão do capitalismo. Esta mesa, então, propõe considerar como os indígenas fazem face ao (continuado) desafio de produzir respostas nesta complexidade.

### **Colonialismo interno, Neocolonialismo, Colonialidade do Poder: Contribuições, limites e problemas dos modelos teóricos sobre os povos indígenas e as situações coloniais na América Latina**

**Autoria:** Pablo Quintero

O objetivo central deste work é historizar e analisar criticamente os três principais modelos contemporâneos de análise teórico-conceitual sobre as relações entre os povos indígenas e situações coloniais na América Latina. Com diversas vertentes estes modelos poderiam se nuclear nas categorias conceituais de colonialismo interno, neocolonialismo e a mais recente colonialidade do poder, que tentam repensar a estruturação das sociedades latino-americanas a partir das experiências histórico-processuais e da questão colonial, em tanto eixo articulador das relações sociais. Cada uma dessas propostas tem feito importantes contribuições para a compreensão da inserção dos povos indígenas dentro dos tecidos das relações do sistema colonial e pós-colonial, mas também cada uma delas demonstra limites analíticos e problemas epistemológicos.

### **Governança ambiental global, povos indígenas e novas formas de colonialismo**

**Autoria:** Vanessa Hacon

O presente artigo problematiza como mecanismos de governança ambiental global (como o REDD+) se inserem em novas estratégias de dominação colonial e imperial. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal - surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Tomando por base este cenário, este work pretende



avancar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia e semi-periferia do capital? e para tal nos valeremos do caso do Projeto Carbono Florestal Suruí. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, entendendo as distintas escalas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

### **Territorialidades a apropriações de espaços públicos: práticas juvenis negra em cidades de pequena escala**

**Autoria:** Andrey Cordeiro Ferreira

Nosso objetivo é refletir como as categorias imperialismo, situação colonial e colonialismo interno são fundamentais para compreender os conflitos territoriais contemporâneos. O imperialismo pode ser entendido como um sistema internacional de relações de dominação e dependência, organizados em redes que vão do global ao local, estruturando relações de dominação e poder entre Nações, classes e grupos étnicos. O imperialismo engendrou dois tipos de colonialismo, o internacional e o colonialismo interno, que entraram em crise com o movimento de descolonização e passaram a segundo plano. Em meados dos anos 2000, contudo, um novo ciclo denominado de neoextrativismo impulsionou uma nova onda global de investimento estrangeiro e colonialismos, e para sua devida compreensão a antropologia pode dar uma importante contribuição, especialmente no estudo do território e sistemas políticos.



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

